

Acerto com os bancos

Dívida Externa

por Paulo Sotero
de Washington

Os termos do pacote de reescalonamento da dívida brasileira em bases plurianuais ficaram definidos na noite da última quinta-feira, com a aceitação, pelo presidente do Banco Central do Brasil, Affonso Celso Pastore, da contraproposta de "spread" que lhe foi apresentada pelos bancos — o último obstáculo que faltava para definir os contornos do acordo.

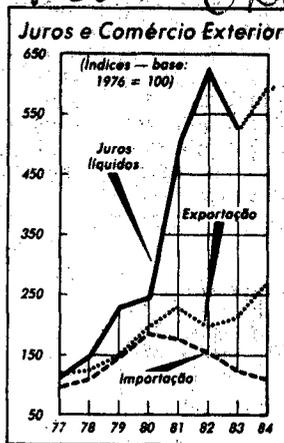
De acordo com fontes bem informadas, a proposta dos credores envolve uma escala múltipla de "spreads", aplicáveis aos débitos do governo, das empresas estatais e do setor privado, que começa com 0,875% e sobe a 1,375%, dando, na média, o 1,125% reivindicado inicialmente pelo Brasil. "Os credores cederam", disse uma fonte brasileira, "porque se deram conta de que não farão uma negociação melhor com o próximo governo." O pacote, de US\$ 45,3 bilhões, terá dezesseis anos de pra-

zo de pagamento e um esquema de amortização gradual do principal, que começa com cerca de US\$ 200 milhões já neste ano.

Oficialmente, Pastore e William Rhodes, presidente do comitê de bancos, limitaram-se a afirmar, num comunicado conjunto, na sexta-feira, que "novos progressos substanciais" haviam sido realizados, mas que alguns "elementos interdependentes" tinham de ser solucionados antes de se chegar a um acordo final.

O acordo final deverá ser anunciado a partir de segunda-feira, depois que os principais bancos entre os mais de seiscentos credores da dívida brasileira em todo o mundo tiverem sido consultados sobre os termos do acordo.

Ao deixar o prédio do Banco do Brasil, em Nova York, na manhã de sexta-feira, Pastore parece ter sugerido a seus subordinados pequenas mudanças nos termos acertados que poderão ainda acontecer, dizendo que o "pacote só



Fonte: BC, Cetes e Centro de Informações da Gazeta Mercantil

* Preliminar

Obs: Em 1976 as exportações, importações e o pagamento de juros foram de: 10.126, 12083 e 1810 milhões de dólares, respectivamente

vai estar fechado quando fechar".

Entre seu fechamento e sua implementação, o refinanciamento da dívida brasileira tem ainda vários obstáculos pela frente — e a assinatura dos contratos só deverá acontecer, segundo avaliação de várias fontes, quando a administração Tancredo Neves es-

tiver em plena operação em Brasília. De imediato, o principal obstáculo para o início do processo de venda do pacote ao conjunto dos bancos credores é o desacerto do atual governo brasileiro com o FMI. Fontes financeiras asseguraram a este jornal que Pastore já foi informado pelo diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, de que ele não vê condições de apresentar a sétima carta de intenções à diretoria da instituição na época inicialmente prevista — começo de março, conforme o FMI comunicou ao comitê de bancos, em dezembro —, diante das avassaladoras evidências de que as metas nela previstas ficaram completamente desatualizadas pelo estouro da expansão da base monetária e a reaceleração da inflação registrados em dezembro.

Diante disso, asseguram estas fontes, as atuais autoridades econômicas têm duas escolhas: ou adotam drásticas e imediatas medidas de aperto monetário e tentam convencer os técnicos do FMI de que elas serão suficientes para compensar o descontrole registrado no último trimestre do ano passado ou renegociam a sétima carta. É possível, indicam as fontes, que o ministro da Fazenda, Ernane Galvão, que estará em Nova York nesta segunda-feira, procedente da Europa e a caminho da reunião do Grupo de Cartagena, em Santo Domingo, altere sua agenda e, juntamente com Pastore, venha a Washington para tentar fazer um acerto da sétima carta.